

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E O CURRÍCULO

*Regina Leite Garcia
Joanir Gomes de Azevedo*

Da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro

RESUMO

A orientação educacional, historicamente, se apresentou como um serviço na escola. Seu enfoque era então, psicológico. Ajustava o aluno à escola e o preparava para o futuro ajustamento à sociedade.

Ao fazer a crítica de seu papel, buscou novos caminhos. Este artigo pretende apontar alguns caminhos.

Partimos do pressuposto de que, sendo o orientador educacional um especialista de educação, seu instrumento de trabalho, como dos demais especialistas de educação, é o currículo. Assim, a partir de uma das inúmeras classificações de currículo, tentamos compatibilizar os diversos enfoques de orientação educacional.

A Orientação Educacional, ao evoluir de um enfoque psicológico para um enfoque político-pedagógico, passa por uma fase de busca de referencial teórico, onde as teorias de Orientação Vocacional já não lhe servem, e de redefinição de sua prática, já que é preciso repensar o seu fazer nessa nova postura.

O primeiro "insight" do orientador educacional foi no sentido de perceber que, se era pedagogo, especialista em educação, o seu instrumento de trabalho era, fora de dúvida, o currículo.

O currículo passava a ser, então, o instrumento comum de trabalho de orientadores e supervisores.

Mas, em sua formação, currículo não era o tema central. Foi preciso complementar a sua formação, e ele começou a estudar Educação em seu sentido mais amplo, e tudo o que é específico da prática pedagógica: currículo, planejamento, avaliação, processo ensino-aprendizagem, relação professor-aluno, aluno-conhecimento etc.

Este trabalho é uma tentativa de resposta à busca da Orientação Educacional em definir o seu papel numa nova visão. Surgiu de um artigo publicado na revista "Educação e Avaliação", número 2, ano 1, janeiro/81, Editora Cortez, intitulado "Avaliação do Enfoque Domi-

SUMMARY

Historically, counselling has been a service in school. Its focus was then a psychological one, adapting children to school and preparing them for future adaptation into society.

After analysing critically their own role, counsellors have looked for new paths.

This paper intends to point out to some of these possibilities.

The counsellor, being a specialist in Education, has, as other specialists in education, curriculum as a privileged tool of work.

Thus, using one of the various classifications of curricula, we tried to make compatible the diverse points of view of counselling.

nante de Currículo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos" de Noêmio Xavier da Silveira Filho, no qual o autor, baseado em Eisner¹, apresenta cinco enfoques curriculares: o racionalismo acadêmico, o processo cognitivo, a auto-realização, a tecnologia do ensino e a reconstrução social, aos quais tentaremos relacionar os diferentes enfoques de Orientação Educacional, definindo, assim, a ação do orientador educacional em cada enfoque curricular.

O RACIONALISMO ACADÊMICO

No enfoque denominado racionalismo acadêmico, cabe ao aluno uma insignificante participação nas decisões referentes aos objetivos do ensino. Ele é mero receptor de um conjunto de verdades que compõem o currículo, organizado em disciplinas estanques não articuladas entre si. O processo educacional visa fornecer conceitos e critérios para o desenvolvimento da função intelectual

¹ Eisner, Elliot e Vallance, Elizabeth. "Concepções conflitantes de currículo". Berkeley, California. McCutchan Publishing Corporation, 1974.

do aluno.

O ponto de partida é o já conhecido, ou seja, a lição anterior, o conteúdo já dominado. Em seguida, é apresentado o novo conhecimento que deve ser aprendido, apreensão que se dá através da comparação do conhecimento novo com o conhecimento velho. Na incorporação do conhecimento novo, é extraído dos elementos apresentados uma lei, havendo, portanto, a integração do elemento novo a determinada classe de fenômenos. É o momento da generalização, ao qual sucede a aplicação, uma forma de verificação da aprendizagem. (Saviani, 1982).

O conteúdo de cada disciplina é definido *a priori*, obedecendo a uma ordem lógica, e pretende formar o homem erudito, intelectualmente capacitado, apto a grandes generalizações, herdeiro da tradição ocidental, conhecedor da produção literária, científica e artística do ocidente. O conhecimento tem um fim em si mesmo. A educação se coloca como neutra e visa à transmissão de conhecimentos verdadeiros, comprovados e aceitos.

Subjacente a esta configuração curricular, percebe-se influência positivista. O conhecimento é colocado como inquestionável, baseado em verdades definitivas. É a-histórico e anti-dialético. Há uma verdade que está aí para ser descoberta. O conhecimento desta verdade é, pois, neutro e objetivo.

Sendo o conhecimento a-temporal e universal, o que é bom para um aluno, ou um grupo de alunos, num determinado contexto, é bom para qualquer aluno, ou qualquer grupo de alunos, em qualquer contexto. Este é o aspecto conservador deste enfoque.

Parte do pressuposto de que a sociedade é boa e justa e que caberia à educação preparar as novas gerações para se adaptarem a essa sociedade harmoniosa, tal como se apresenta. Tudo aquilo que foge à harmonia é visto como disfunção, e precisa ser reajustado à sociedade.

A escola é o local por excelência em que as novas gerações recebem o legado da bagagem cultural acumulada pelas gerações que as antecederam. O homem considerado educado é aquele que identifica e compreende essa bagagem.

O professor detém o poder do saber e o aluno é o receptor deste saber. Como se estrutura no método expositivo, o bom professor é o que domina o conhecimento e o transmite com talento. O professor é o grande ator neste enfoque: grandes professores atraem até os alunos de outras turmas que vêm fruir o brilho da exposição.

Toda a estrutura da escola e sua organização, chegando à própria arrumação da sala de aula, às filas, às rotinas, às relações, exigem e reforçam o autoritarismo do professor. Do aluno é exigida a disciplina, a ordem, a dedicação aos estudos, a atenção à palavra do professor, o que o leva a internalizar o poder do professor como natural, reforçando-o.

O aluno ideal, o bom aluno, é o que comparece diária e pontualmente à escola, está sempre uniformizado, possui todo o material escolar exigido pelos professores, apresenta os exercícios sempre bem feitos, estuda e sabe todas as lições que lhe são ensinadas, responde acertadamente sempre que argüido, só conversa em voz baixa e quando lhe é permitido, apresenta um rendimento

to escolar considerado bom ou muito bom.

Os alunos que não se enquadram neste modelo de normalidade são rotulados de especiais, deficientes, carentes, excepcionais, problemáticos e devem ser "tratados", de modo a atingir o padrão de normalidade, a compensar suas carências.

Neste enfoque, a ação do orientador educacional se faz no sentido de ajustar o aluno à escola e à sociedade. Detecta os "problemas", os "desajustes", trabalhando-os individualmente ou em grupos, visando a sua superação.

Assim, a orientação educacional se coloca na escola de uma forma assistencial, como uma prestação de serviços: o Serviço de Orientação Educacional, o SOE. E através do atendimento direto ao aluno, individualmente ou em grupo, procura ajudá-lo em seu processo de adaptação à escola, aos valores, ao saber, futura forma de adaptação ao mundo do trabalho.

O planejamento da Orientação Educacional é independente do planejamento curricular. O ponto comum é o objetivo de ambos: a formação integral do homem, seu ajustamento à escola e à sociedade.

O orientador educacional desenvolve uma atuação eminentemente corretiva, centrada na conduta, nas inadequações, nos desajustamentos dos alunos. Seu enfoque é predominantemente psicológico. Acredita que o homem nasce com potencialidade para o bem e para o mal e que a ação do meio o leva a desenvolver essas potencialidades num sentido ou no outro. O homem completo é o que atinge a auto-realização e autonomia, a que chega por ser racional, capaz de auto-controle e de aprendizagem.

Esta forma de atuação parte do diagnóstico individual realizado através de técnicos de mensuração. Utiliza questionários, inventários, testes, entrevistas e sessões de grupos para desenvolver o autoconhecimento do aluno e o conhecimento do mundo que o cerca, de modo que, conhecendo suas aptidões e interesses, suas possibilidades e limitações e as possibilidades e limitações do meio, o aluno possa fazer mais adequadamente suas opções educacionais e profissionais.

Cabe ao orientador educacional ajudar o aluno a criar um nível de expectativa compatível com a realidade, através de uma visão realista de si mesmo e de suas possibilidades.

A sociedade que é apresentada ao aluno, e que o orientador educacional deve contribuir para que ele conheça, sendo harmoniosa e justa, oferece iguais oportunidades para todos. Vencem os mais aptos, os mais capazes, os mais esforçados, que adquirem sucesso pelo seu próprio mérito. As diferenças individuais justificam as posições diferentes na sociedade e na escola.

O atendimento a alunos com problemas de desajustamentos exige, para sua eficiência e eficácia, um trabalho paralelo com os pais e os professores desses alunos, no sentido de orientá-los quanto à melhor forma de atuação, bem como para acompanhar o processo de ajustamento desses alunos.

A mediação escola-família é feita na medida em que o orientador educacional fornece aos pais as informações de como a escola procura corresponder às suas expectativas de preparo intelectual de seus filhos. E na medida em que traz para a escola a expectativa da família

lia com relação a ela.

O orientador participa da elaboração de testes e instrumentos de medidas, influenciando para que seja respeitada a seqüência lógica do conteúdo. Quando participa dos Conselhos de Classe, o faz no sentido de prestar e colher informações sobre os alunos que estão sendo atendidos por ele, bem como de perceber quais os que estão precisando de uma atenção especial para tomar as providências cabíveis.

Procura inserir a informação profissional e as oportunidades de desenvolvimento do autoconhecimento em cada disciplina, a fim de que o aluno, ao final do curso, escolha a profissão mais adequada às suas características pessoais e mais útil à sociedade.

O orientador educacional deve possibilitar que as informações sobre os alunos circulem entre professores, pais e direção da escola, desde que contribuam para facilitar a ação desses agentes educativos em benefício do ajustamento do aluno.

Pela especificidade do trabalho desenvolvido e pelo número de alunos que uma escola geralmente possui, esta linha de Orientação Educacional exige um número de orientadores educacionais proporcional ao número de alunos, além de dependências específicas, o gabinete de Orientação Educacional, devidamente equipado: cadeiras, mesas, arquivos, armários, fichas, registros, baterias de testes, formulários etc.

Trabalhando, como os demais profissionais da escola, a partir de um modelo ideal a ser atingido, a ação do orientador educacional é no sentido de que o aluno desenvolva as suas potencialidades, atingindo o modelo pré-estabelecido.

O PROCESSO COGNITIVO

Neste enfoque, pretende-se que o aluno atinja a autonomia intelectual, capacitando-se a resolver as situações problemáticas que a vida possa apresentar.

O processo visa ao desenvolvimento das habilidades cognitivas e não a simples aquisição de conhecimentos. Assim, o conteúdo é meio, e não fim, meio para atingir a autonomia.

Apoiado no desenvolvimento das estruturas mentais, privilegia os processos cognitivos de aquisição do conhecimento e as etapas evolutivas.

Este enfoque fundamenta-se nas teorias de aprendizagem e de desenvolvimento, surgidas na década de 50. Seus principais teóricos são Piaget, Bruner e Ausubel, percebendo-se algumas distinções entre eles.

O aluno é sujeito da aprendizagem e o professor é o estimulador, o que coloca sempre problemas desafiadores à sua capacidade mental.

O professor competente é aquele que domina as teorias de aprendizagem e o processo de desenvolvimento mental e que ajuda os alunos a avançar.

O centro do trabalho do professor não é mais a seqüência lógica da matéria, mas a seqüência cognitiva pela qual o aluno passa para aprender a matéria. O professor não é mais o transmissor do saber, mas o estimulador para que os alunos construam o saber.

Para Piaget, a aprendizagem se dá através da interação dos estímulos do meio ambiente com os esquemas

assimiladores de quem aprende. Os estímulos externos são interpretados e transformados pelo esquema de assimilação do aluno. Logo, estímulos semelhantes podem redundar diferentes para diferentes alunos, a não ser quando os esquemas de assimilação dos alunos também são semelhantes.

O currículo deve obedecer às estruturas cognitivas dos alunos, uma vez que qualquer assunto pode ser aprendido pelo aluno, desde que respeitadas suas condições de maturidade e prontidão. Estas condições se prendem aos estágios do educando: sensorio-motor (0 a 2 anos), pré-operacional (2 a 7 anos), operações concretas (7 a 11 anos), operações formais (12 anos em diante). Aqui o currículo deve partir do concreto para o abstrato, do particular para o geral, do próximo para o distante.

Um processo de aprendizagem centrado no desenvolvimento das habilidades cognitivas através do jogo permite, não só a aquisição de conteúdos, como, também, a criação de novos conteúdos na busca de soluções.

Para Bruner, o objetivo da aprendizagem é a aquisição de destreza na resolução de problemas, e esta se dá quando há o encaixe de uma nova categoria no sistema de códigos do indivíduo.

O currículo deve ser estruturado em forma de espiral, em que um mesmo tema vai sendo gradativamente ampliado e aprofundado, partindo do particular para o geral e respeitando as formas do aluno de representação do mundo: enativa (resposta motora), icônica (imagens que representam conceitos) e simbólica (abstração). Respeitadas essas formas de representação, qualquer aluno, de qualquer idade, pode aprender qualquer assunto desde que inteligente e honestamente apresentado.

O importante é o processo de aprendizagem, centrado na aquisição de conhecimentos. O professor, ao invés de apresentar ao aluno o conhecimento em sua forma final, auxilia-o a descobri-lo, através do fornecimento de indicações, materiais ou outros recursos necessários.

Para Ausubel, a aprendizagem se faz através da incorporação de material significativo pela estrutura cognitiva pré-existente.

O currículo deve ser estruturado de modo que o material a ser aprendido possua significação lógica, inerente a ele mesmo, e psicológica, que ele passa a ter, face à sua apresentação à percepção do aluno. O importante é a aquisição de conhecimentos. Assim, o conteúdo do ensino deve não só valorizar o que é significativo para o aluno, mas também tornar significativo o conhecimento novo, de modo que possa mais facilmente ser incorporado à estrutura cognitiva do aluno.

O professor apresenta ao aluno o assunto novo de uma forma globalizada, possibilitando maior economia de tempo e aquisição de maior quantidade de conhecimentos.

Nesse enfoque curricular, a Orientação Educacional participa do processo educativo escolar, uma vez que a autonomia intelectual do aluno, o desenvolvimento de sua capacidade de resolver problemas e a aquisição de conteúdos significativos são também seus objetivos.

Essa participação no processo educativo escolar se faz através da participação do orientador educacional no planejamento, implementação, desenvolvimento e

avaliação do currículo.

O planejamento da Orientação Educacional é alimentador do planejamento do professor, uma vez que o orientador educacional lhe fornece dados sobre o momento do aluno, sua etapa do desenvolvimento cognitivo, seus interesses. Utiliza instrumentos de avaliação a fim de definir a etapa do desenvolvimento cognitivo em que o aluno se encontra, analisando, junto com os professores e o supervisor escolar, as etapas e/ou as formas de representação cognitiva, procurando identificá-las, relacioná-las com as características dos alunos, com as possibilidades dos professores, definindo metodologias.

De seu trabalho com os alunos, em grupo ou individualmente, em que utilizou instrumentos de avaliação das etapas de desenvolvimento cognitivo, o orientador educacional levará o "momento" do aluno, que será interpretado com os professores e o supervisor, identificando as etapas do desenvolvimento, as formas de representação cognitiva, compatibilizando-os aos interesses dos alunos, às possibilidades dos professores, às características da escola. Serão definidas, em conjunto, metodologias, critérios e instrumentos de avaliação e organização das turmas.

Participa do conselho de classe, analisando a coerência entre a finalidade, a metodologia, a etapa do desenvolvimento cognitivo do aluno e o resultado a que se chegou.

O orientador educacional acompanha o processo como consultor, clarificando o que caracteriza cada etapa do desenvolvimento cognitivo, identificando as mudanças, sugerindo atividades que estimulem o desenvolvimento do aluno e a ampliação e aprofundamento dos conteúdos. Enfatiza a importância da construção de conhecimentos, sobretudo para alunos de classes sócio-econômicas desprivilegiadas para quem, na maior parte das vezes, a escola é a única possibilidade de acesso ao saber dominante, e como certas metodologias que privilegiam o processo, em detrimento do conteúdo, contribuem para acentuar uma situação de discriminação, de exclusão, de reprodução das desigualdades sociais.

Ainda quanto ao aspecto do conteúdo de ensino, analisa, junto com os professores e o supervisor escolar, a seleção dos conteúdos, seus níveis de abrangência, sua seqüência, sua validade e possibilidade de um mesmo conteúdo poder contribuir ou não para o desenvolvimento da habilidade de resolver problemas, rumo à autonomia intelectual.

Assessora os pais na identificação e compreensão do desenvolvimento cognitivo dos filhos, e na forma em que eles podem contribuir para estimulá-los, além de manter os pais informados sobre a maneira de atuação da escola.

A AUTO-ATUALIZAÇÃO

O ponto central deste enfoque é a liberdade e a consciência da liberdade: o homem é senhor de seus atos, portanto capaz de fazer escolhas em qualquer situação. Mais do que atualidade, o homem é potencialidade, um permanente vir-a-ser. Neste sentido, ele é um eterno desconhecido, pois a todo momento muda, evolui, adquirindo novo conhecimento de si mesmo. Se é desco-

nhecido, seu comportamento não é previsível ou controlável; é a mera expressão observável e conseqüência do mundo interno do ser, único, original e indevassável.

Neste enfoque, colocam-se as pedagogias não-diretivas. Rogers, Gilles Ferry, Hameline-Dardelin, Lobrot, Cury, a experiência de Neill em Summerhill, o trabalho de Barry e Johnson, são algumas das mais significativas realizações.

O currículo gira em torno dos interesses, propósitos, necessidades e aspirações de cada aluno. Apresenta objetivos amplos, uma vez que é impossível definir *a priori* os caminhos que cada aluno seguirá, tornando inviável a utilização de mecanismos de controle e avaliação.

Se, nesse processo, parte-se da realidade subjetiva para a realidade objetiva, seria pelo menos incoerente avaliar de fora para dentro. Assim, o que importa é a auto-avaliação, ou seja, a avaliação que o indivíduo faz do seu processo interno de crescimento, o que lhe possibilita viver o seu processo de autoconhecimento, um dos objetivos desse enfoque.

O papel do professor é o de facilitador das condições de aprendizagem. Auxilia o processo de aquisição de conhecimentos por parte do aluno sem, entretanto, interferir quanto à direção que esse processo toma ou quanto aos conteúdos utilizados.

O importante são as relações que se estabelecem aluno/aluno, aluno/professor e o processo pelo qual essas relações se estabelecem. O conteúdo é o meio pelo qual elas se estabelecem.

Este enfoque enfatiza o individualismo, uma vez que concebe o indivíduo como senhor de si mesmo, essencialmente livre para fazer escolhas em qualquer situação. O ponto central dessa liberdade é a própria consciência do indivíduo.

Considera o comportamento expressão observável e conseqüência do mundo interno do ser, essencialmente apoiado. Somente uma ciência que comece com a experiência do homem, resultado do seu modo de ser, poderá ser adequada para o estudo do homem. O homem existe como potencialidade, ou seja, ele representa mais do que atualidade. Ele é desconhecível, na medida em que a todo momento muda e evolui, adquirindo novo conhecimento de si mesmo.

Desloca o aluno de sua situação de classe e considera que as mudanças sociais se fazem a partir das mudanças individuais.

Neste enfoque, o orientador educacional é definido como facilitador de relações. Procura estabelecer relações facilitadoras em que haja crescimento mútuo, clarificando, quando muito, a dinâmica dessas relações: cada um consigo mesmo, cada um com os outros, cada um com o conhecimento, o professor como mediador do conhecimento, o conhecimento e o aluno.

Aceita e reinterpreta a realidade interna e externa, respeitando formas diferentes de ser e de viver. Trabalha, sobretudo, os valores próprios da natureza humana: liberdade, autenticidade, aprofundamento da consciência, respeito à própria individualidade e à individualidade do outro, busca de qualidade das relações.

Procura desenvolver o autoconceito do aluno, a atualização de seu potencial, a sua capacidade de assumir livre e conscientemente o seu próprio destino de modo

autêntico.

Assessora os pais na aceitação dos filhos como pessoa.

Assessora os professores na compreensão da dinâmica das relações e na utilização das pedagogias não-diretivas.

Procura ajudar os pais e professores a desenvolver a auto-estima, o auto-conceito, a empatia, a congruência, a aceitação de si mesmo e do mundo, no processo de "tornar-se pessoa", a fim de que possam vir a fazer o mesmo com seus filhos e/ou alunos.

Detecta os interesses, propósitos, necessidades, aspirações e constantes mudanças dos alunos, de modo a adequar o currículo permanentemente ao momento do aluno.

Trabalha os alunos para se auto-avaliarem, na medida em que, nesse enfoque, a avaliação é muito mais qualitativa, voltada para o processo.

O orientador educacional tem um papel de destaque, uma vez que, por formação, é um facilitador de relações e um conhecedor da dinâmica interpessoal, o que o capacita a detonar um processo vivencial de enriquecimento pessoal e grupal.

A TECNOLOGIA DO ENSINO

Este enfoque fundamenta-se nos pressupostos da neutralidade da ciência, na racionalidade, na eficiência e na produtividade.

O homem é visto como realidade objetiva, organismo que reage, mas não age por moto próprio, logo, passível de ser manipulado através do controle adequado dos estímulos ambientais. Este determinismo nega, por definição, a liberdade do homem. O espaço de liberdade do homem é conhecimento e o uso do espaço que a sociedade determina.

A consciência do homem é formada em suas relações com o mundo concreto. Essa consciência pode ser formada acidentalmente, ao acaso, ou pode ser controlada cientificamente, através da educação. O homem, produto do meio, é pois, manipulado, quer pelas suas relações acidentais com o meio, quer pelo planejamento de estímulos ambientais adequados.

O homem é cientificamente cognoscível, uma vez que o que importa é o comportamento exteriorizado e não o móvel deste comportamento.

As mesmas leis universais que regem os fenômenos naturais regem os fenômenos humanos. Assim, o método científico tanto é preciso para o estudo das ciências físicas, quanto para o estudo do homem. A educação deve ser planejada, controlada e avaliada de acordo com os rigores do método científico, de modo a diminuir o subjetivismo; visa à aquisição do conhecimento definido objetiva e operacionalmente. O produto da educação é a aprendizagem do aluno, é a aquisição de um novo comportamento.

É cientificamente que, neste enfoque, se controla o processo de aprendizagem. Cada conquista do aluno é registrada, provocando a colocação de um novo desafio, que deve ser imediatamente vencido e, assim, sucessivamente. Cabe ao professor controlar este processo de modo a que seja respeitado o ritmo do aluno, controlando

cada passo e planejando o próximo passo a ser dado. O produto depende da forma como o processo é organizado.

Esta necessidade de organização do processo, traz, como conseqüência, a divisão do trabalho pedagógico em funções especializadas onde o planejador é o grande ator. A ele cabe conhecer e dominar a tecnologia, atualizando-se sempre no uso de novas tecnologias. Para ele, o meio é a mensagem. Tão importante quanto o que vai ensinar, está o como vai ensinar, que meio utilizará para ensinar. A qualidade do ensino é medida pelo material instrucional utilizado: multimeios, computadores, instrução programada, máquinas de ensinar, tele-ensino, tudo isso bem programado e bem utilizado.

A relação aluno-conhecimento não mais é medida pelo professor, mas, pela tecnologia. O professor fica livre para outras funções e atividades, uma vez que os conteúdos são transmitidos pelas diferentes tecnologias, de acordo com a situação.

O processo de aprendizagem é controlado através da observação de modificações de comportamento, do acompanhamento passo a passo da aquisição de novos conhecimentos, decorrente do relacionamento entre uma resposta e um reforço. O reforço é o estímulo que aumenta a probabilidade de ocorrência de novas respostas compatíveis com os objetivos esperados.

A escola estimula o aluno a vencer, a responder de acordo com a expectativa social. Aluno ajustado é aquele que mais respostas certas dá, o que tem mais sucesso. Ajustado às regras e normas escolares, estará ajustado às regras e normas sociais.

O planejamento é elaborado cientificamente por especialistas que hierarquizam objetivos, definem pequenos passos, prevêem mudanças de comportamento, uniformizam critérios de avaliação e instrumentos de medida. Tudo isto possibilita o controle de todo o processo, desde o desempenho do aluno, à qualidade do material instrucional e à eficácia do reforço, além de permitir o replanejamento a partir de dados objetivos porque observáveis e controláveis.

É dado grande destaque ao controle, pois é ele que garante a detecção da cada falha durante o processo e o atingimento do produto final desejado: o sucesso do aluno. A avaliação valoriza o sucesso.

Neste enfoque, o elemento principal é o planejamento. Professor e aluno são executores de um processo cuja elaboração, em todas as suas fases, fica por conta de técnicos especializados, neutros, imparciais, objetivos. Busca a maximização da aprendizagem, minimizando o subjetivismo e a deficiência de professores e alunos. Valoriza o sucesso, a eficiência, o individualismo, procurando fazer com que o aluno aprenda mais, com menor esforço, dentro do seu próprio ritmo.

A escola é concebida como uma empresa, utilizando uma linguagem e um processo semelhante à produção industrial, a uma linha de montagem: o aluno entra com determinados comportamentos e conhecimentos, sofre um processo de estimulações variadas e deve sair com tais ou quais comportamentos e conhecimentos, planejados *a priori*.

Esta abordagem curricular é muito utilizada em projetos de treinamento de pessoal e de formação de

mão-de-obra, atividades ligadas à orientação vocacional.

Ao orientador educacional, cabe ampliar o processo de preparação para o trabalho, informando sobre as oportunidades e limitações do mercado de trabalho, desenvolvendo junto aos alunos um processo de autoconhecimento, bem como criando situações que propiciem o treino de opções.

O aluno possui habilidades, aptidões e interesses. A forma como a sociedade está organizada determina condicionantes à escolha vocacional. Compete ao orientador educacional ajudar o aluno a conhecer suas habilidades, suas aptidões, seus interesses, suas limitações e as possibilidades e limitações da sociedade, ajudando-o a fazer a escolha mais adequada, compatibilizando as suas características com as características do mundo do trabalho.

Sendo este enfoque extremamente pragmático, a postura do orientador educacional é a de desenvolver no aluno a capacidade de tornar-se um indivíduo útil a si mesmo (obter sucesso) e útil à sociedade (ser eficiente). O meio utilizado pelo orientador são os testes vocacionais, testes de aptidões, inventários de interesse, que lhe fornecerão as informações que se tornarão "input" para o planejamento do material instrucional a ser utilizado com os alunos.

Esta é a ação direta do orientador educacional junto aos alunos.

Mas ele, também, tem um papel a desempenhar junto a professores e supervisores, na medida em que dá significativa contribuição à elaboração do diagnóstico que acompanha todo o processo: o que é feito antes do planejamento e em sua permanente revisão, e só a partir da qual é possível o replanejamento.

Cada progresso do aluno, cada passo dado só é percebido através do diagnóstico avaliativo. Cada mudança de comportamento não desejado para o desejado só é identificada, porque é feito um diagnóstico, controladas as mudanças e elaborado um prognóstico.

O orientador educacional assessora os professores na escolha do material instrucional mais adequado às características dos alunos e na sua utilização como reforço do autoconceito positivo dos mesmos.

Coordena a orientação vocacional na medida em que a informação profissional e o autoconhecimento do aluno devem ser parte obrigatória de cada disciplina.

Assessoria os pais, trazendo para a realidade da escola suas expectativas em relação aos filhos, além de mantê-los informados sobre os progressos atingidos pelos alunos e o desenvolvimento do trabalho da escola educacional e/ou vocacional.

Estabelece a ponte escola-comunidade, colhendo dados sobre as possibilidades que o mercado de trabalho oferece de visitas a empresas, de estágios para os alunos, de empregos de meio expediente e de empregos de tempo integral. Acompanha os alunos em seus estágios, avaliando o desempenho e ajustamento dos alunos e a receptividade das empresas. Informa os alunos sobre direitos e deveres do trabalhador.

A RECONSTRUÇÃO SOCIAL

O enfoque de reconstrução social visa a transformação social, vê o aluno como construtor de uma nova

ordem social. Os temas abordados brotam da comunidade, da problematização da realidade, de reflexão sobre os desafios que ela coloca. Assim, a organização do currículo torna-se polemizadora, ao invés de linear e consensual. O conflito é valorizado como possibilidade de crescimento pessoal, grupal e social e como fonte de conhecimentos novos. A divergência e a liberdade de expressão são estimuladas. A submissão à verdade definitiva, à autoridade hierárquica e à ordem são substituídas pelo confronto de idéias, pela explicitação das contradições e pela busca de novas formas de relação e de organização.

O aluno torna-se sujeito de seu próprio processo de aprendizagem e, na relação professor-aluno, ambos se educam.

A sociedade é percebida em toda a sua complexidade e dinamicidade, relações de exploração que nela ocorrem não são escamoteadas.

As diversidades culturais são respeitadas e valorizadas e é das peculiaridades de cada grupo sócio-cultural que parte o planejamento curricular.

Partir do mundo do aluno não significa limitar o conteúdo ao seu universo sócio-cultural. Significa, sim, partir da realidade vivencial do aluno, valorizar o seu saber, ampliar este saber, para que ele tenha acesso a outros saberes, dialetizando esses saberes. Cabe à escola ajudá-lo a sair de seu universo de senso comum para uma concepção mais elaborada do mundo.

O conteúdo, neste enfoque, retoma a sua importância, já que os alunos das classes populares têm na escola, muitas vezes, o único canal de acesso ao saber valorizado pela sociedade. O saber, para estes alunos, é instrumento de melhor acesso ao mundo do trabalho, ao mundo da informação e de expressão dos interesses de seu grupo.

O enfoque de reconstrução social não se preocupa com o "como fazer", ele enfatiza uma visão crítica, que dialetiza as relações, que problematiza os conteúdos. Mas, na realidade, ele não é incompatível, por exemplo, com o enfoque cognitivo. Com o enfoque da auto-realização ele é incompatível, na medida em que este fica perdido nas relações interpessoais e a reconstrução social denuncia isso como uma prática extremamente conservadora. Com o racionalismo acadêmico ele até se aproxima, eles se distinguem porque um apresenta o conteúdo como estático e como um fim em si mesmo, e o outro, apresenta o conteúdo contextualizado, como um meio. Eles ainda se aproximam no que se refere ao destaque ao papel do professor. A reconstrução social retoma o papel do professor como dirigente do processo.

No que se refere à tecnologia do ensino enquanto filosofia, eles são absolutamente incompatíveis, já que a tecnologia tem por trás de si uma postura behaviorista e a reconstrução social tem por trás de si uma postura dialética. Mas há momentos, como em treinamento de pessoal, por exemplo, em aprendizados que são puramente mecânicos, que ele até pode utilizar seus recursos.

Na verdade, o que distingue a reconstrução social dos demais enfoques é o pressuposto de uma postura política norteando toda a prática pedagógica. A metodologia passa a ser definitivamente "meio" para, o que através da história foi se transformando num fim, um fim em

si mesmo. Talvez até em resposta ao que está acontecendo na sociedade, onde a técnica passou a ser um fim em si mesmo.

Investigar as formas de aquisição do conhecimento: conhecimento por vias intelectuais, conhecimento por vias sensoriais, conhecimento por vias intuitivas, possibilita aos educadores reconhecer o aluno como portador de um certo tipo de saber, não necessariamente o valorizado pela escola, mas um conhecimento que lhe tornou possível sobreviver num mundo hostil à sua classe.

Neste enfoque, o indivíduo não é a-histórico como nos demais. Ele não é o aluno abstrato, mas este aluno real, que vive num tempo e num espaço determinados. É a partir do conhecimento deste aluno real que o planejamento é elaborado.

A captação do mundo real dos alunos torna-se possível pela investigação coletiva da realidade-pesquisa participante, da qual todos participam, sujeitos que passam a ser do processo conjunto de aquisição do conhecimento.

O orientador educacional, como um dos profissionais da escola, participa deste diagnóstico. É ele quem faz a ligação escola-família-comunidade.

O trabalho com os pais, de grupos de discussão, vai evoluindo, aproximando cada vez mais a família e a escola, até o momento em que a família participa das decisões quanto a currículo, conteúdos, critérios de avaliação, conselho de classe, aproveitamento de espaço ocioso da escola, oportunidades de lazer, enfim, tudo aquilo que diga respeito a seus filhos. É ainda no planejamento curricular que o orientador educacional influi para que haja na escola uma educação para o trabalho e pelo trabalho: uma verdadeira pedagogia do trabalho. Aos antigos valores de individualismo, competição, consumismo, o orientador contrapõe a ação coletiva, a participação, a cooperação, o aproveitamento e a redefinição de materiais.

Junto com o supervisor, vai influir para que haja situações de aprendizagem que possibilitem a globalização do conhecimento e para que este conhecimento esteja ligado à realidade vivencial do aluno, resposta às situações problemáticas que o desafiam.

O trabalho e as relações de trabalho são discutidas com os alunos, possibilitando-lhes uma visão crítica da sociedade. Técnicas de subsistência são inseridas no currículo visando ao atingimento de níveis maiores de autonomia.

A vida do aluno penetra na escola e impregna o currículo cujos fins últimos são a compreensão crítica da sociedade em que vive, a sua inserção crítica nesta sociedade e a decorrente ação sobre esta sociedade, participando coletivamente na sua transformação.

O clima da escola muda, as relações se democratizam, as decisões são tomadas não por um poder centralizado, mas como resultado de discussão da qual todos participam, os muros da escola se abrem e ela se torna o espaço educacional da comunidade.

Este é um enfoque em que o orientador educacional, como educador, se assume como ser político, percebendo a educação como parte do contexto sócio-econômico-político-cultural.

Assim como a reconstrução social dá um sentido

novo a práticas antigas, a orientação educacional centrada no contexto também dá um novo sentido a antigas práticas da orientação educacional até então fragmentadas.

É da compreensão da realidade global que o orientador capta o problema da educação, da escola, da sala de aula. Educação não mais como fato isolado, tendo vida autônoma, mas como determinada e determinante da sociedade. Nesta ótica, cada "problema educacional" é percebido em suas implicações sócio-econômico-políticas, ligado a uma ideologia de dominação, que mascara privilégios e discriminações. Assim, problemas como de evasão e repetência, de classificação, de rotulação, de organização de turmas, de política de bolsas de estudos etc., não mais são abordados como fatos isolados, que exigiriam soluções meramente pedagógicas ou administrativas, mas como fatos políticos que exigem um posicionamento político, do qual decorre uma opção pedagógica.

Na medida em que esse enfoque explicita as contradições, evidencia o conflito de classes, exigindo um posicionamento do educador. Educação passa a ser comprometida como uma prática a favor dos interesses de um grupo ou do outro, já que seus interesses são conflitantes. Cai por terra, assim, o mito da neutralidade. Ser neutro é se colocar a favor da classe dominante, ou seja, da manutenção do *status quo*.

A prática pedagógica passa a ser vista dentro de um contexto político, em suas implicações sócio-econômicas. Cada ato educacional não é visto mais como um ato meramente técnico, mas a partir de um posicionamento político. A ação do educador passa a ser assumidamente político-pedagógica.

A reflexão crítica leva à conclusão de que a escola vem preparando os alunos da classe dominante para posições de mando e os alunos das classes populares para posições subalternas, adaptando-os à sociedade, tal como ela se apresenta. Desde a organização da escola às relações que se dão, à arrumação da sala de aula, às filas, à rotina, à metodologia utilizada e aos conteúdos passados, à cultura calorizada e às pessoas respeitadas de acordo com a sua classe social, sexo e cor de pele.

À medida em que aprofundam a crítica, os orientadores educacionais-educadores vão se tornando conscientes de como a internalização da ideologia liberal e de uma postura positivista os levou a contribuir para uma prática ideológica, comprometida com os interesses das minorias dominantes.

De como a escola estimulando o individualismo e a competição, dificulta às classes subalternas a ação coletiva e a cooperação, que contribuiriam para a sua futura organização e participação nos sindicatos, nas associações de bairro, nos partidos políticos, canais de expressão de seus interesses.

Estimulando o pensamento convergente e o consenso, a partir de verdades absolutas e imutáveis, impede às classes subalternas o desenvolvimento de uma visão crítica, do pensamento divergente, da busca de novas verdades que lhes possibilitariam reescrever a história, a partir da ótica das classes dominantes, que substituiria os grandes heróis individuais pelo grande herói coletivo, o povo.

Passando uma informação fragmentada, dificulta às classes subalternas fazer sínteses, totalizar o conhecimento, compreender o mundo no qual vivem e a situação de classes inseridas no processo sócio-econômico global.

Apresentando modelos de relação autoritária: professor-aluno, diretor-professor, diretor-servente, escola-família, dificulta às classes subalternas a futura prática democrática, tornando-se extremamente vulneráveis a formas autoritárias de relação, sejam as mascaradas como o paternalismo, o populismo e a cooptação ou as explícitas, como governos autoritários.

Estimulando o consumismo e a competição, contribui para a aspiração à ascensão social individual, destaca o sujeito de sua classe de origem, esvaziando, assim, a coesão grupal e as suas possibilidades de luta coletiva.

Aculturando os alunos de classes subalternas, impondo-lhes valores e visões de homem e de mundo de classe dominante, negando a sua própria cultura, deixa de ajudá-los a redefinir seus valores a partir de seus reais interesses e a elaborar uma concepção de mundo mais coerente.

Ignorando que o trabalho é uma realidade na vida dos alunos de classes subalternas, pois, desde muito cedo, eles fazem trabalhos caseiros, ou trabalham fora de casa, contribuindo para a receita familiar, dificulta-lhes ver pertinência no que é ensinado na escola, como é ensinado na escola.

“Enxugando” os conteúdos sob o pretexto de que os alunos de classes populares têm menos capacidade de aprender, impede-lhes de universalizar o seu saber e de ter acesso ao saber dominante, condenando-os à estagnação.

Fica claro que cada enfoque curricular pressupõe uma concepção de mundo e de homem.

Se a visão de mundo é fechada, determinada, se os fins são definidos e claros e se os homens se distinguem pelas suas aptidões e esforço individuais, e, por estas características, chegam a distâncias diferentes dos fins pretendidos, o enfoque curricular e a ação do orientador educacional caminharão num determinado sentido.

Se, ao contrário, a visão de mundo é aberta e dialética, se os homens são vistos como ontologicamente iguais, porém tornando-se desiguais pelas oportunidades desiguais que a sociedade de classes lhes determina, o enfoque curricular e a ação do orientador educacional caminharão em outro sentido.

Através da história, todas as concepções de educação foram influenciadas por concepções do mundo e do homem, tenham os educadores consciência ou não desse fato. Mas, como afirma Marx, se os homens devem ser julgados pelas suas ações e não pelas intenções, não importa que não tenham consciência do que fazem, se o fazem.

E cada concepção de educação define os fins ou objetivos gerais, especifica ou não objetivos comportamentais, opta por determinados métodos e técnicas, estabelece determinados critérios de avaliação, de acordo com a visão de mundo e de homem subjacente a cada concepção de educação privilegiada.

Daí que educação seja entendida por uns como um ato político; considerá-la como uma prática neutra é a forma mais política de se posicionar, pois mascara uma

forma de ser e de estar no mundo, agindo sobre a realidade.

A escola, numa sociedade de classes, em que uma classe detém o capital e a outra, a força de trabalho, reproduz as contradições econômicas, sociais e políticas da sociedade. Estas contradições são mediadas nas práticas concretas do educador.

O conhecimento que a escola veicula já é uma opção de um universo cognoscente possível, que reflete as perspectivas da classe dominante. Já Marx afirmava que, através da história, as idéias dominantes são as idéias da classe dominante.

O currículo, a metodologia, os modos de avaliar, tudo enfim que acontece na escola está vinculado a uma determinada ótica, pela qual se percebe o mundo.

Mas é exatamente porque na escola estão refletidas as contradições da sociedade, que nela circulam não só a ideologia dominante, como contra-ideologias revolucionárias. E é este o espaço para uma ação transformadora do educador.

Percebendo criticamente a realidade e optando por uma educação libertadora para as classes subalternas, o orientador-educador vai, coletivamente, buscando caminhos que respondam a uma nova concepção de educação, que definem outros fins e que exigem novas metodologias. Nesta nova postura, o currículo tem outro sentido, partindo do aluno real, que vive numa sociedade real. Os fins últimos são a instrumentalização do aluno para a modificação da sociedade. Os meios surgem da investigação participante da realidade, em que, agentes educativos, alunos, família, buscam novos caminhos, que levam a uma nova qualidade, que responda efetivamente aos interesses dos alunos.

A orientação educacional, tradicionalmente, desde o seu surgimento, vem cumprindo o papel de assistir o aluno no processo de adaptação às normas escolares, numa ação ora corretiva, ora preventiva, ora desenvolvimentista, mas, embora bem intencionada, fundamentalmente ingênuas.

Ingênuas por se pretender neutras, ingênuas por ser uma prática fundamentada nos pressupostos do positivismo e da educação liberal, ingênuas por ser uma prática que reforça o psicologismo, a patologização e a alienação que permeiam algumas das concepções de currículo expostas neste artigo.

Bem intencionada por pretender estabelecer uma relação de ajuda com o aluno

A concepção da orientação educacional como uma relação de ajuda ao aluno apresenta distorções, que não têm sido percebidas por grande parte dos profissionais que nela atuam.

Sem perceber que vivemos numa sociedade em que o individualismo e a competição são a regra, e que através deles, o arbítrio e o autoritarismo se mantêm, repetindo o velho tema de Maquiavel “dividir para governar”, esta relação de ajuda ficou ou fica restrita ao nível do individual, do aqui e do agora.

Sem perceber que, ao reforçar com a sua prática, o individualismo, a competição, a acomodação, a adaptação, o ajustamento, o orientador educacional tem estabelecido uma relação de ajuda sim, mas com o institucional, com o *status quo*, e não com o aluno. Ou seja, tem

atingido um objetivo que não era o seu, mas o de quem o constituiu.

Para estabelecer uma verdadeira relação de ajuda com o aluno é necessário que o orientador se assuma como um ser político, historicamente situado.

Quando começamos este artigo, tínhamos uma intenção. Se se afirma, e nós afirmamos, que o instrumento de trabalho do orientador educacional é o currículo, é preciso ajudá-lo a se posicionar em relação ao currículo.

Se se vem criticando a prática do orientador, é preciso avançar nesta crítica e apontar caminhos. Era o que pretendíamos — apontar algumas possibilidades de trabalho para o orientador educacional.

Iniciamos o estudo a partir de uma determinada classificação de currículo, que, como toda classificação, é arbitrária e simplificadora. A cada enfoque íamos definindo o que parecia ser o papel do orientador. Mas, à medida que aprofundávamos nossa reflexão sobre currículo, ia ficando claro para nós que o que importa, de fato, é o posicionamento do orientador educacional.

Este é o nosso ponto de partida e o nosso ponto de chegada. Quando o orientador educacional se posiciona como um ser político, percebe que o importante é o *porquê* ele faz isto ou aquilo, e, não, o *como* ele faz. Ele pode até fazer o que antes fazia ingenuamente. A diferença é que, agora, sua prática assumirá clara intencionalidade. Cada ato seu estará ligado a um fim. Sua prática ganhará, pois, um novo sentido. O que exige competência.

“Competente” não é o orientador educacional que

conhece as técnicas “da moda”, mas o que, conhecendo o que subjaz a cada técnica, seleciona-as, utilizando-as, coerente aos fins a que pretende atingir. Ser competente pressupõe um posicionamento político e uma capacitação técnica.

Quando isto se dá, tudo o que acontece na escola diz respeito, também, ao orientador educacional. Não que ele saiba tudo. Mas, porque, enquanto educador político, ele tem algo a dizer. Currículo, alfabetização, repetência, evasão, avaliação, profissionalização, integração, ou o que seja, ele terá contribuição a dar. Sua contribuição surge naturalmente do confronto de sua especificidade com outras especificidades que se ligam na totalidade, ou seja, nos fins comuns. E é na prática político-pedagógica que vai se definindo o seu papel. Cada um, em sua especificidade busca, em conjunto, respostas para as perguntas: Por que e para que faço educação? O que me une a meus colegas profissionais da educação? O que pretendemos em nossa ação educativa?

É isso o que vulgarmente se chama “filosofia”. Uma tentativa de apreensão da realidade, de captação do que é essencial.

Se o orientador educacional é um profissional da educação, se o seu local de trabalho é a escola, se o aluno é o alvo de sua ação, tudo o que diga respeito ao processo ensino-aprendizagem lhe diz respeito. Ele, como os demais profissionais da educação, tem como tarefa contribuir para que a escola cumpra o seu papel, de ensinar, e ensinar bem.

